

Participações Industriais do Nordeste

PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS DO NORDESTE S.A.

CNPJ/MF Nº 14.308.514/0001-13

NIRE Nº 29.3.000.0684-0

Cia. Aberta

A Participações Industriais do Nordeste S.A. ("Companhia" ou "Controladora" ou "PIN") disponibiliza as seguintes informações referentes às matérias que serão discutidas na ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA da Companhia, que será realizada em 23 de abril de 2018, em sua sede social, conforme edital de convocação a ser publicado ("Assembleia Geral"), nos termos da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404"):

- Item 10 do Formulário de Referência, contendo os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do Anexo I; e
- A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, na forma do Anexo II.

Nos termos da Lei nº 6.404 e da regulamentação aplicável, os documentos e anexos referidos neste instrumento e que serão discutidos na Assembleia Geral estão disponíveis para consulta pelos acionistas da Companhia em sua sede social.

Andre Philippe Mattias Lindner Krepel

- Diretor de Relações com Investidores -

ANEXO I

ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A PIN é uma *holding*, cujo objetivo é a participação, direta ou indireta, em outras empresas. O seu principal negócio é participar do mercado de embalagens metálicas. Até 21 de dezembro de 2015, sua exposição a este segmento de negócios se deu por meio da sua participação na Latapack S.A. ("Latapack"), através da qual detinha o controle compartilhado da Latapack-Ball Embalagens Ltda. ("Latapack-Ball") junto com sua então sócia Ball Corporation¹ ("Ball"). Em 21 de dezembro de 2015, foi concluída a permuta da totalidade das ações ordinárias detidas na Latapack S.A. por 5.729.662 ações da Ball ("Permuta").² Assim, a exposição da PIN a este segmento de negócios passou a se dar por meio de sua participação na Ball, conforme mais detalhadamente explicado nas informações públicas relativas ao exercício de 2015.

A PIN também é controladora das sociedades PQ Seguros S.A.³ ("PQ Seguros") e Latapack Participações Ltda.⁴ (desde 23 de novembro de 2015) e coligada da sociedade MSB Participações S.A.⁵

Em razão da PIN ser uma sociedade *holding*, com participação, direta ou indireta, em outras empresas, as informações financeiras apresentadas abaixo sempre farão referência às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

A disponibilidade econômica (liquidez) da Companhia em 2017 adveio principalmente de dividendos pagos pela Ball (R\$ 13.503 mil) e aluguel de imóveis (R\$ 4.405 mil).

O ano de 2017 foi o primeiro em que os resultados da Ball passaram a refletir completamente os efeitos da aquisição da Rexam. O faturamento líquido total da Ball atingiu US\$10,9 bilhões, representando um crescimento de 21% sobre os US\$9 bilhões de 2016. A empresa alcançou um valor de mercado de US\$13,5 bilhões

¹ Empresa sediada no Estado de Indiana, nos Estados Unidos da América.

² A operação foi contratada em 26 de outubro de 2015 e formalmente concluída em 21 de dezembro de 2015. A PIN passou a figurar entre os 8 maiores acionistas da Ball. Em 16 de maio de 2017, a Ball promoveu um desdobramento das ações na proporção de 2:1. Deste então, o total de ações detidas pela PIN passou a ser de 11.459.324.

³ A PQ Seguros é uma seguradora que deixou de emitir apólices de seguro desde 1995, respondendo atualmente apenas pelos sinistros ocorridos até novembro daquele ano.

⁴ A Latapack Participações Ltda. não desenvolve atividade operacional e foi adquirida da Latapack pela PIN pelo valor patrimonial tendo em vista que não fez parte da operação de permuta por ações da Ball.

⁵ A MSB Participações S.A. não tem atividade operacional. A PIN é titular de ações representativas de 16,67% de seu capital social.

Participações Industriais do Nordeste

em 31 de dezembro de 2017, representando uma valorização de 3,8% sobre os US\$13 bilhões de 31 de dezembro de 2016.

A Ball é uma das líderes mundiais no fornecimento de embalagens metálicas para bebidas, alimentos e produtos domésticos. Este segmento representa mais de 90% de suas vendas. O restante das vendas advém do segmento aeroespacial que provê serviços e tecnologia para clientes comerciais e para o governo norte americano.

A Ball é líder de mercado nas principais regiões em que atua com *marketshare* na América do Norte, na Europa e na América do Sul estimado em 40%, 42% e 55%, respectivamente. Em 2017, a empresa produziu mais de 100 bilhões de embalagens metálicas no mundo. Uma parte relevante de seus produtos é vendido através de contratos de fornecimento de longo prazo sendo os principais clientes: Anheuser-Busch InBev, Coca-Cola e suas engarrafadoras, Molson Coors e Unilever.

O objetivo da PIN é continuar a participar do mercado de embalagens metálicas, mantendo o investimento em ações da Ball no longo prazo. O conhecimento acumulado sobre o mercado de embalagens de bebidas ao longo dos últimos 30 anos e a excelência da administração da Ball nos permite ser otimistas sobre este e outros possíveis investimentos sinérgicos com os atuais, contribuindo para a perenidade da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 80.620 mil, sendo R\$ 19.210 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 9.013 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em fundos de renda fixa por suas controladas. E o passivo corrente consolidado totalizava R\$ 62.363 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,3 vezes.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 81.681 mil, sendo R\$ 78.882 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, apenas R\$ 3.522 mil eram de titularidade da controladora, o restante deste caixa estava aplicado em LFT e fundos de investimento em renda fixa para fazer frente a provisões técnicas da PQ Seguros e assegurar o capital mínimo exigido pela SUSEP. E o passivo corrente consolidado totalizava R\$ 58.119 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,4 vezes.

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo corrente consolidado totalizava R\$ 77.748 mil, sendo R\$ 76.537 mil em caixa e equivalentes de caixa. Deste valor, R\$ 17.106 mil eram de titularidade da controladora. O restante deste caixa estava aplicado em LFT e fundos de investimento em renda fixa para fazer frente a provisões técnicas da PQ Seguros e assegurar o capital mínimo exigido pela SUSEP. E o passivo corrente

Participações Industriais do Nordeste

consolidado totalizava R\$ 50.497 mil. O índice de liquidez corrente, considerando caixa e equivalentes de caixa, utilizado para avaliar a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo, estava em 1,5 vezes.

No ano de 2017, a Companhia distribuiu dividendos para seus acionistas num total de R\$5.526 mil, referentes ao dividendo mínimo obrigatório de anos anteriores retido em reserva especial de dividendos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

I. hipóteses de resgate

II. fórmula de cálculo do valor de resgate

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a estrutura de capital apresentou as seguintes composições:

DATA-BASE	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)	CAPITAL PRÓPRIO	CAPITAL DE TERCEIROS
31/12/2017	R\$ 1.072.086	69%	31%
31/12/2016	R\$ 1.043.901	70%	30%
31/12/2015	R\$ 1.212.237	70%	30%

Não existe um padrão de financiamento para as operações da Companhia. A administração mantém um relacionamento contínuo e de longo prazo com as principais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro para assegurar e agilizar o acesso a recursos de longo prazo, a fim de implementar com celeridade decisões estratégicas importantes como a que ocorreu na operação realizada em 2010, que resultou no aumento da participação da Companhia no capital da então controlada Latapack. A Administração sempre buscará fontes de financiamento com terceiros a custos, prazos, e indexação compatíveis com a geração de caixa da Companhia.

O capital social da Controladora encontra-se dividido em 126.000 ações ordinárias e em 31.388 ações preferenciais classe A, sendo todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais classe A não têm direito a voto, mas fazem jus à (i) prioridade no reembolso do capital da Companhia no caso de sua liquidação, sem prêmio, (ii) prioridade no recebimento do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado

Participações Industriais do Nordeste

dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item (ii) acima.

O Estatuto Social prevê que a Companhia poderá emitir ações preferenciais classe B e classe C, sendo certo que (i) cada uma dessas ações, quando emitidas, dará direito a 1 voto nas Assembleias Gerais, e (ii) cada acionista titular de ações preferenciais B ou C terá o seu número de votos correspondente às ações preferenciais B ou C que detiver limitado, em qualquer dos casos, ao total de 10 votos nas deliberações sociais, independentemente da quantidade de ações preferenciais B ou C que possuir, nos termos do §1º do artigo 110 da Lei nº 6.404/76.

Não há disposição estatutária na Companhia que preveja o resgate de ações, aplicando-se, portanto, o disposto na lei societária a respeito.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante totalizava R\$ 80.620 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 62.363 mil).

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo circulante totalizava R\$ 81.681 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 58.119 mil).

Em 31 de dezembro de 2015, o ativo circulante totalizava R\$ 77.748 mil, montante suficiente para cobrir as obrigações totais de curto prazo (R\$ 50.497 mil).

Em julho de 2015, a Companhia liquidou o único endividamento bancário existente, conforme anteriormente mencionado.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Como fonte de financiamento para capital de giro, procura-se manter a disponibilidade de caixa em nível adequado para o apropriado desempenho das atividades operacionais.

Não existe um padrão de financiamento para as operações da Companhia. A administração mantém um relacionamento contínuo e de longo prazo com as principais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro para assegurar e agilizar o acesso a recursos de longo prazo, a fim de implementar com celeridade decisões estratégicas importantes como a que ocorreu na operação realizada em 2010, que resultou no aumento da participação da Companhia no capital da então controlada Latapack S.A. A Administração sempre buscará fontes de financiamento

Participações Industriais do Nordeste

com terceiros a custos, prazos, e indexação compatíveis com a geração de caixa da Companhia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A liquidez da Companhia é gerada principalmente por meio do recebimento de dividendos de suas controladas e demais sociedades em que detém participação societária bem como do recebimento de receitas de locação e da aplicação do caixa, os quais deverão ser suficientes para cobrir as necessidades previstas no exercício em curso.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não aplicável. A última parcela do saldo devedor referente ao financiamento junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$ 32.073 mil foi liquidado em 08 de julho de 2015.

Seguem abaixo os saldos relativos aos contratos de empréstimo e de financiamento relevantes em 31/12/2017, 31/12/2016 e 31/12/2015:

Descrição / Taxa média de juros e comissões	2017	2016	2015
Moeda estrangeira			
Dólares americanos	0	0	0
Juros sobre financiamentos	0	0	0
Total	0	0	0
Passivo circulante	0	0	0
Passivo não circulante	0	0	0

Com base nas demonstrações financeiras consolidadas, a tabela a seguir resume o cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, em 31/12/2015, 31/12/2016 e 31/12/2017:

	Vencimentos		
	2017	2016	2015
2015	0	0	0
2016	0	0	0
2017	0	0	0
Total	0	0	0

Participações Industriais do Nordeste

II. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas citadas no item 10.1.f.I.

III. grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas do emissor.

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 02/2018, a Companhia informa que no caso de eventual concurso universal de credores, a ordem de precedência das obrigações registradas no seu passivo exigível do balanço patrimonial seria de:

- a. créditos trabalhistas *de natureza estritamente salarial* vencidos nos 3 meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 salários mínimos por trabalhador;
- b. créditos (i) *derivados da legislação* do trabalho (incluindo, portanto, os encargos sociais), limitados a 150 salários mínimos por credor, e (ii) decorrentes de acidentes de trabalho;
- c. tributos vencidos, independente da sua natureza e tempo da constituição, descontadas as multas tributárias;
- d. os créditos quirografários, ou seja, todos os créditos não previstos na ordem legal de preferência, tais como empréstimos bancários, partes relacionadas, pagamento a fornecedores e as multas tributárias; e
- e. dívidas com sócios e administradores.

IV. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não aplicável.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía saldos a realizar de financiamentos já contratados. Os contratos firmados até então já haviam sido integralmente desembolsados, com os respectivos valores devidamente registrados

Participações Industriais do Nordeste

nas contas do passivo circulante e não circulante do balanço patrimonial da Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais).

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	%	<u>31 de dezembro de 2016</u>	%	Varição entre 2016 e 2017	<u>31 de dezembro de 2015</u>	%	Varição entre 2015 e 2016
Ativo								
Circulante								
Caixa e equivalente de caixa	19.210	1%	78.882	5%	-76%	76.537	4%	3%
Aplicações financeiras	58.930	4%	-	0%	-	-	0%	-
Contas a receber de clientes	2	0%	16	0%	-88%	8	0%	100%
Juros sobre capital próprio	-	0%	-	0%	-	25	0%	-100%
Tributos a recuperar	1.212	0%	1.123	0%	8%	283	0%	297%
Créditos com partes relacionadas	446	0%	-	0%	-	-	0%	-
Despesas do exercício seguinte	-	0%	2	0%	-100%	4	0%	-50%
Outras contas a receber	820	0%	1.658	0%	-51%	891	0%	86%
	<u>80.620</u>	5%	<u>81.681</u>	5%	-1%	<u>77.748</u>	5%	5%
Não circulante								
Realizável a longo prazo								
Aplicações financeiras avaliadas pelo valor justo	8.104	1%	-	0%	-	-	0%	-
Impostos a recuperar	1.261	0%	711	0%	77%	738	0%	-4%
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	0%	-	0%	-	-	0%	-
Depósitos judiciais	2.523	0%	2.699	0%	-7%	2.323	0%	16%
	<u>11.898</u>	1%	<u>3.410</u>	0%	249%	<u>3.061</u>	0%	11%
Investimento								
Participações societárias	78	0%	9	0%	767%	12	0%	-25%
Investimento avaliado pelo valor justo	1.440.754	93%	1.401.823	94%	3%	1.627.202	95%	-14%
Propriedades para investimento	7.723	1%	7.723	1%	0%	7.723	0%	0%
Outras participações societárias	1.922	0%	2.328	0%	-17%	2.232	0%	4%
Outros investimentos	106	0%	106	0%	0%	106	0%	0%
Imobilizado	26	0%	227	0%	-89%	322	0%	-30%
Intangível	10	0%	14	0%	-29%	16	0%	-13%
	<u>1.450.619</u>	94%	<u>1.412.230</u>	94%	3%	<u>1.637.613</u>	95%	-14%
	<u>1.462.517</u>	95%	<u>1.415.640</u>	95%	3%	<u>1.640.674</u>	95%	-14%
Total do ativo	<u>1.543.137</u>	100%	<u>1.497.321</u>	100%	3%	<u>1.718.422</u>	100%	-13%

Participações Industriais do Nordeste

	<u>31 de dezembro de 2017</u>	%	<u>31 de dezembro de 2016</u>	%	Variação entre 2016 e 2017	<u>31 de dezembro de 2015</u>	%	Variação entre 2015 e 2016
Passivo e patrimônio líquido								
Circulante								
Fornecedores	34	0%	28	0%	21%	245	0%	-89%
Partes relacionadas	-	0%	-	0%	-	638	0%	-100%
Salários e encargos sociais	157	0%	173	0%	-9%	142	0%	22%
Tributos a pagar	115	0%	449	0%	-74%	329	0%	36%
Dividendos a pagar	2.587	0%	124	0%	1986%	7.342	0%	-98%
Provisões técnicas	59.002	4%	55.950	5%	5%	41.187	2%	36%
Outras contas a pagar	468	0%	1.395	0%	-66%	614	0%	127%
	<u>62.363</u>	4%	<u>58.119</u>	5%	7%	<u>50.497</u>	3%	15%
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	388.941	25%	375.848	31%	3%	452.435	26%	-17%
Provisão para contingências	3.503	0%	3.863	0%	-9%	3.253	0%	19%
Plano de remuneração variável e de retenção	16.244	1%	15.590	1%	4%	-	0%	-
	<u>408.688</u>	26%	<u>395.301</u>	33%	3%	<u>455.688</u>	27%	-13%
Patrimônio líquido - capital e reservas								
Capital social	408.204	26%	114.204	9%	257%	114.204	7%	0%
Reserva de capital	172.521	11%	172.521	14%	0%	172.521	10%	0%
Reservas de lucros	590.870	38%	595.888	50%	-1%	909.522	53%	-34%
Dividendos adicionais propostos	7.713	0%	-	0%	-	-	0%	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(108.645)	-7%	(134.088)	-11%	-	14.615	1%	-1017%
Participação dos não controladores	1.423	0%	1.376	0%	3%	1.375	0%	0%
	<u>1.072.086</u>	69%	<u>749.901</u>	62%	43%	<u>1.212.237</u>	71%	-38%
Total do passivo	<u>1.543.137</u>	100%	<u>1.203.321</u>	100%	28%	<u>1.718.422</u>	100%	-30%

Caixa e equivalente de caixa

A variação apresentada nesta rubrica no exercício de 2017, corresponde a reclassificação das aplicações em fundos de investimento e títulos públicos em renda fixa, que no exercício anterior eram considerados como equivalentes de caixa, para a rubrica "Aplicações financeiras", pois não há previsão de utilização deste montante no prazo de 90 dias após a data de encerramento.

Aplicações financeiras (curto e longo prazo)

Correspondem aplicações em renda fixa, que eram classificadas como equivalente de caixa no exercício de 2016 e 2015, reclassificadas para aplicações financeiras no curto prazo, por não terem expectativa de utilização no prazo de 90 dias a conta da data do encerramento do exercício, e para o longo prazo, por não ter expectativa de utilização nos 12 meses após o encerramento do exercício.

Outras contas a receber

A variação positiva da rubrica outras contas a receber, no curto prazo, verificada entre os exercícios de 2017 e 2016 decorreu em razão dos seguintes fatores: (i)

Participações Industriais do Nordeste

diminuição na taxa de ocupação dos imóveis destinados à renda com relação à ocupação na data base dezembro de 2016, (ii) a diminuição no valor repassado pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT às seguradoras consorciadas, devido ao decréscimo no resultado do Consórcio, e (iii) o reconhecimento contábil de valores a receber pela Companhia em razão do contrato de Contraprestação de Garantia, firmado em março de 2014, com as seguintes empresas: Aleutas S.A., PIN Petroquímica Participações S.A. e Bahia Holding S.A., na rubrica "Créditos com partes relacionadas" em 2017, e em 2016 reconhecido na rubrica "Outras contas a receber".

No período entre os exercícios de 2016 e 2015, a variação de "Outras contas a receber", foi positiva devido ao reconhecimento dos valores a receber pelo Seguro Garantia, e ao aumento na ocupação dos imóveis destinados para renda no exercício 2016.

Impostos a recuperar (curto e longo prazo)

O aumento observado em impostos a recuperar no curto e longo prazo, entre os últimos dois exercícios, ocorreu devido ao imposto de renda retido no exterior sobre os dividendos recebidos da Ball Corporation a partir do exercício de 2016.

Investimentos (participações societárias e investimento avaliado pelo valor justo)

Em dezembro de 2015, a PIN concluiu a operação de Permuta, recebendo 5.729.662 ações de emissão da Ball Corporation.

Por se tratar de um investimento estratégico em que a intenção é manter um relacionamento operacional de longo prazo com entidade objeto de investimento, foi aplicado o Pronunciamento Técnico 38 - Instrumentos Financeiros, no reconhecimento inicial e na mensuração posterior, seguindo a orientação do item AG3 deste Pronunciamento, classificando o ativo financeiro como disponível para venda, sendo avaliado ao valor justo com base no valor de negociação das suas ações em bolsa.

As oscilações observadas nos últimos três exercícios ocorreram em razão da variação no valor das ações no mercado e à taxa de cambio do dólar. Entre os exercícios de 2016 e 2017 a variação do dólar foi positiva, com aumento de 1,5% e a cotação das ações da Ball passou de USD 37,85 para USD 37,53 (já considerando os dividendos pagos ao longo do período e o desdobramento de ações), uma valorização de 0,85%. No exercício de 2016 a variação negativa nesta rubrica em comparação ao exercício de 2015, ocorreu devido a variação de -16,54% do valor do dólar, já a cotação das ações da Ball valorizou 3,2%, no mesmo período.

Participações Industriais do Nordeste

Com relação à rubrica "Participações Societárias", o aumento registrado corresponde ao resultado positivo da coligada MSB Participações S.A. em 2017, ocasionado pelo reconhecimento da receita de reversão do valor a recuperar de um crédito tributário restituído a empresa em setembro de 2017.

Dividendos a pagar

A variação observada entre 2017 e 2016 decorreu do fato da Companhia ter apresentado lucro no último exercício, em contrapartida ao prejuízo apurado no exercício findo em 2016, quando não houve destinação de dividendos a pagar. O dividendo apresentado no balanço consolidado de 2016 é reflexo da consolidação da controlada PQ Seguros S.A.

No exercício de 2015 o montante registrado nesta rubrica, corresponde a destinação do lucro apurado no exercício.

Provisões técnicas

A rubrica Provisões técnicas é reflexa da consolidação da controlada PQ Seguros S.A. e sua variação decorre da atualização das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos, mas não avisados, que a controlada em questão contabiliza de acordo com as projeções dos seus consultores jurídicos e proporcional à sua participação nos Consórcios do Seguro DPVAT.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nesta rubrica estão reconhecido os efeitos tributários sobre o ganho no reconhecimento do valor justo da operação de Permuta ocorrida em 2015 e sobre a variação do ajuste ao valor justo das ações da Ball Corporation exercícios posteriores. Além do reconhecimento da variação do valor justo dessas ações, estão registrados nesta rubrica, os tributos sobre a atualização das ações do IRB Brasil Resseguros e dos investimentos disponíveis para venda da controlada PQ Seguros S.A.

Participações Industriais do Nordeste

Comparação das principais contas de resultado em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (em milhares de reais).

	31 de dezembro de 2017	%	31 de dezembro de 2016	%	Variação entre 2017 e 2016	31 de dezembro de 2015	%	Variação entre 2015 e 2016
Receita líquida da venda de produtos e serviços	4.405	100%	4.305	100%	2%	3.170	100%	36%
Lucro bruto	4.405	100%	4.305	100%	2%	3.170	100%	36%
Receitas (despesas) operacionais								
Receitas com seguros	22.404	509%	31.192	725%	-28%	31.826	1004%	-2%
Despesas com operações de seguros	(19.763)	-449%	(26.845)	-624%	-26%	(28.360)	-895%	-5%
Despesas gerais e administrativas	(9.416)	-214%	(12.566)	-292%	-25%	(16.049)	-506%	-22%
Participação no resultado de controladas e coligadas	69	2%	(3)	0%	-2400%	45.924	1449%	-100%
Ganho de ajuste ao valor justo	-	0%	-	0%	-	1.099.579	34687%	-100%
Dividendos auferidos	13.660	310%	10.928	254%	25%	-	0%	-
Plano de remuneração variável e de retenção	(655)	-15%	(15.590)	-362%	-96%	-	0%	-
Perda pela não recuperabilidade de ativos	-	0%	(18)	0%	-100%	-	0%	-
Outras, líquidas	305	7%	532	12%	-43%	(179)	-6%	-397%
Lucro operacional	11.009	250%	(8.065)	-187%	-237%	1.135.911	35833%	-101%
Receitas financeiras	8.402	191%	10.725	249%	-22%	11.184	353%	-4%
Despesas financeiras	(5.847)	-133%	(6.791)	-158%	-14%	(5.178)	-163%	31%
Variação monetárias e cambiais	(111)	-3%	(157)	-4%	-29%	(5.955)	-188%	-97%
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.444	55%	3.777	88%	-35%	(2.545)	-80%	-248%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.453	305%	(4.288)	-100%	-414%	1.135.962	35835%	-100%
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes	(3.277)	-74%	(2.748)	-64%	19%	(342)	-11%	704%
Diferidos	-	0%	-	0%	-	(361.250)	-11396%	-100%
Lucro líquido do exercício	10.176	231%	(7.036)	-163%	-245%	774.370	24428%	-101%

Receita de vendas e lucro bruto

A variação de receita de prestação de serviços e aluguéis e lucro bruto entre os anos de 2017 e 2016 se manteve estável, aumentando apenas 2%. Já entre os anos de 2016 e 2015 foi de 36%, reflexo do aumento da taxa de ocupação dos imóveis destinados à renda.

Receita e despesas com operações de seguros

As variações observadas entre os exercícios apresentados tanto na rubrica "Receitas com seguros", quanto na "Despesas com operações de seguros", são provenientes da participação da controlada PQ Seguros S.A. no Consórcio do Seguro DPVAT.

Resultado de equivalência

No exercício findo em dezembro de 2017, a variação positiva no resultado de equivalência patrimonial é reflexo do resultado apresentado pela coligada MSB

Participações Industriais do Nordeste

Participações S.A, ocasionado pelo reconhecimento de uma receita de reversão do valor a recuperar de créditos tributários restituídos à Companhia.

Em 2015, devido à operação de Permuta, a PIN deixou de consolidar a então controlada Latapack S.A., reconhecendo na demonstração do resultado consolidado todo o ganho de equivalência patrimonial até a data da Permuta. Este fato ocasionou um aumento elevado no resultado de equivalência patrimonial em 2015 e uma posterior queda em 2016, quando já não havia mais o investimento.

Ganho de ajuste ao valor justo

No exercício de 2015, o ganho de ajuste a valor justo apurado correspondeu à parcela do ganho bruto, destinada para o resultado na avaliação ao valor justo das ações da Ball Corporation recebidas na operação de Permuta. A partir da Permuta, o investimento na Ball continua sendo avaliado por seu valor justo, porém as variações positivas e negativas observadas são reconhecidas no Patrimônio Líquido da Companhia, o reconhecimento no resultado dar-se-á somente na realização parcial ou total do ativo.

Dividendos auferidos

Esta rubrica é composta substancialmente pelos dividendos pagos pela Ball Corporation nos anos de 2017 e 2016. O aumento desta rubrica entre os dois últimos exercícios foi ocasionado pela variação no preço do dividendo pagos por ação, que em 2016 era de USD 0,10 e em 2017 passou a ser de USD 0,13.

Plano de remuneração variável e de retenção

O saldo desta rubrica corresponde à provisão para o plano de remuneração deliberado em reunião do Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2016.

O plano tem como objetivo: (i) remunerar a atual Diretoria da Companhia pelos resultados obtidos para a Companhia na operação de Permuta, (ii) reter a atual Diretoria da Companhia à medida em que difere o plano desta remuneração; e (iii) alinhar o interesse da atual Diretoria da Companhia com os interesses dos acionistas através do compartilhamento de riscos e incentivos de longo prazo (5 anos).

A provisão calculada tendo como base 126.560 ações (2016- 3.280 ações) de emissão da Ball, tendo como referência a cotação das ações em bolsa e variação cambial.

Participações Industriais do Nordeste

Perda pela não recuperabilidade de ativos

Em 2016, corresponde ao reconhecimento da perda esperada pela não recuperação de créditos fiscais da controlada PQ Seguros S.A

Outras, líquidas

A variação nesta rubrica não se mostrou relevante entre os anos de 2017 e 2016, já entre os anos de 2016 e 2015 o aumento observado ocorreu devido ao reconhecimento da receita da Contraprestação de Garantia, já definida neste item 10.1.h.

Variações monetárias e cambiais

As variações observadas entre os exercícios de 2017 e 2016 derivam das oscilações da taxa de câmbio sobre os dividendos recebidos do exterior no exercício de 2016. Entre os exercícios de 2016 e 2015, a variação observada decorre da atualização do empréstimo em moeda estrangeira contrato pela Companhia, liquidados no exercício de 2015.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Não houve diferimento de imposto de renda e contribuição social nos exercícios de 2017 e 2016. No exercício de 2015, o diferimento decorreu dos efeitos tributários sobre o ganho ao valor justo da operação de Permuta.

Participações Industriais do Nordeste

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

I. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A fonte de receita da Companhia advém dos dividendos pagos pela Ball, receita de aluguel de imóveis, receita de prestação de serviços, receita financeira e equivalência patrimonial nas sociedades controladas e/ou coligadas.

II. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado apurado em 2017 foi beneficiado pelo aumento dos dividendos pagos pela Ball de R\$10.356 mil para R\$13.503 mil (+30%). Esse crescimento foi mais do que suficiente para compensar a queda do resultado na operação de seguros (de R\$4.347 mil em 2016 para R\$2.641 mil em 2017).

O ano de 2016 foi o primeiro a refletir completamente em seu resultado os efeitos da operação de Permuta. A principal fonte de receita da Companhia passou a ser os dividendos pagos trimestralmente pela Ball. Após a conclusão da Permuta, a Companhia provisionou no resultado de 2016 o valor de R\$15.590 mil referente a plano de remuneração variável e retenção.

O resultado de 2015 foi materialmente impactado pela operação de Permuta, uma vez que o ativo novo recebido, pelas normas contábeis vigentes, é avaliado pelo seu valor justo. Como consequência, foi apurado um resultado relevante não realizado, dada a intenção da Companhia em continuar a participação no mercado de embalagens metálicas, seu principal segmento de negócios.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

As receitas decorrentes dos dividendos auferidos pelo investimento em ações da Ball têm o seu valor impactado pela variação do câmbio. Em 2017, o câmbio terminou o exercício cotado a R\$/USD 3,3080, uma variação pequena sobre a cotação de R\$/USD3,2591 do final de 2016.

Os efeitos de variações da cotação das ações da Ball e do câmbio R\$/US\$ a partir da conclusão da Permuta foram e continuarão a ser reconhecidos diretamente como resultados abrangentes na conta ajustes de avaliação patrimonial, no Patrimônio Líquido, sem transitar pelo resultado da Companhia, conforme Pronunciamento

Participações Industriais do Nordeste

Técnico 38 - Instrumentos Financeiros, seguindo a orientação do item AG3 deste Pronunciamento por ser classificado o ativo financeiro disponível para venda.

A periodicidade trimestral dos dividendos pagos pela Ball manteve-se inalterada. Entretanto, a razão de USD 0,065 centavos⁶ por ação foi alterada para USD 0,10 centavos por ação. No ano de 2017, o valor total auferido foi de aproximadamente USD 4.183 mil ou R\$ 13.503 mil (câmbio médio de R\$/USD 3,228).

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Em 2017, não se observou nenhum impacto relevante no resultado operacional e financeiro do emissor, decorrente de inflação, variação de preços dos principais insumos e produtos, câmbio e/ou taxa de juros.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer introdução ou alienação de segmento operacional. A Companhia continua a manter como principal segmento operacional o mercado de embalagens metálicas.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu e não há previsão para ocorrer aquisição ou alienação de participação acionária. A Companhia continua a manter como principal participação acionária o seu investimento nas ações da Ball.

c. eventos ou operações não usuais

Não existiu e não há previsão para eventos ou operações não usuais além do evento descrito no item acima.

10.4 Comentários dos diretores sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais (da Companhia) e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas

⁶ O pagamento de USD 0,13 centavos antes do desdobramento equivale a USD 0,065 centavos na nova base de ações.

Participações Industriais do Nordeste

disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, associada às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e nos pronunciamentos e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas, contudo foram emitidas alterações de normas e interpretações que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. Segue a relação destes pronunciamentos:

IFRS 9 - *Financial Instruments* (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. No entanto, a Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos. A Administração também avaliou o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros e chegou à mesma conclusão de que não haverá impactos significativos.

IFRS 16 - *Leases* (CPC 06- Operações de Arrendamento Mercantil)

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando os efeitos da norma nas demonstrações financeiras e suas divulgações, porém acredita que não haverá impactos significativos.

Participações Industriais do Nordeste

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração avaliou as alterações em práticas contábeis e conclui que não haverá impactos significativos.

c. Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras consolidadas da Participações Industriais do Nordeste S.A. foram elaboradas pela Companhia de acordo com as IFRSs, emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo parecer dos auditores independentes, foi emitido sem ressalva e sem parágrafo de ênfase.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

O processo de elaboração das demonstrações contábeis envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas representam o melhor julgamento da administração para a determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos incluídos nas demonstrações contábeis relacionados com estimativas incluem a definição de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação de provisão para créditos de liquidação duvidosa e análise de risco para determinar outras provisões, as quais incluem provisões para contingências, avaliação dos instrumentos financeiros, entre outros ativos e passivos na data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

a) Resultado das operações

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquida

Participações Industriais do Nordeste

dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) disponível para venda.

c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários do não circulante são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios.

Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

d) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa

Participações Industriais do Nordeste

futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Como um expediente prático, A Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

e) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Instrumentos financeiros, que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

As despesas com imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Estão reconhecidos na demonstração do resultado,

Participações Industriais do Nordeste

exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e poderão ser reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

h) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao recuperável.

i) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas a impostos e contribuições conforme previsto nas legislações federais, estaduais e municipais.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social corrente, que são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são registrados somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Participações Industriais do Nordeste

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

Participações Industriais do Nordeste

I. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há nenhum investimento em andamento e também não existem investimentos previstos nesta data.

II. fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

III. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há nenhum desinvestimento em andamento e também não existem desinvestimentos previstos nesta data.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

I. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III. projetos em desenvolvimento já divulgados

IV. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não há outras informações relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificadas ou comentadas nos demais itens desta seção.

ANEXO II

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

A Companhia destaca que distribuiu, dividendos de (i) R\$ 5.525.581,35, referentes ao valor registrado como reserva especial de dividendos, relativos aos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (valor de R\$ 38,2588823 por ação ordinária, e R\$ 22,4596078 por ação preferencial classe "A"), pagos em duas datas sendo a primeira em 22 de maio de 2017 e a segunda em 27 de outubro de 2017.

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.163.547,99.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados.

Com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, o montante global de dividendos a ser distribuído é de R\$ 10.282.882,73, sendo R\$ 2.570.720,68 correspondente aos dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 7.712.162,04 a título de dividendos adicionais, já deduzidas as destinações legais. O valor deste dividendo por ação é de R\$ 65,33460.

A Companhia não realizou qualquer pagamento antecipado de dividendos ou de juros sob capital próprio, tendo, contudo, realizado pagamentos com base em valores registrados na reserva especial de dividendos, conforme detalhado no item 4 abaixo.

3. Informar o percentual do lucro líquido distribuído.

Em virtude do disposto no item 2 acima, o percentual do lucro líquido a ser distribuído é de 101,1741%.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

No exercício de 2017, a Companhia distribuiu dividendos de R\$ 5.525.581,35, referentes ao valor registrado como reserva especial de dividendos, relativos aos lucros apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (valor de

Participações Industriais do Nordeste

R\$ 38,2588823 por ação ordinária, e R\$ 22,4596078 por ação preferencial classe "A").

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Não houve deliberação de dividendos antecipados ou juros sobre capital próprio no exercício de 2017.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio.

De acordo com o parágrafo 2º do capítulo VI do Estatuto da Companhia, os dividendos serão pagos dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da sua deliberação, ou outro prazo deliberado pelo órgão que os tiver declarado, sempre dentro do exercício social. Os valores serão pagos em espécie.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

Não houve incidência de atualização e juros sobre os dividendos declarados.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

A data de declaração será a data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 23 de abril de 2018.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

Não houve deliberação de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

Participações Industriais do Nordeste

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Quantidade de ações	2017	2016	2015	2014
Ações ordinárias	126.000	126.000	126.000	126.000
Ações preferenciais	31.388	31.388	31.388	31.388
Lucro por ação	2017	2016*	2015	2014
Ações ordinárias	64,576384	-	4.919,696938	275,670654
Ações preferenciais	64,576384	-	4.919,696938	275,670654
	2017	2016*	2015	2014
Lucro do exercício	10.163.547,99	-	774.301.261,63	43.387.252,90

*Em 2016, a Companhia apurou prejuízo.

b) Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	2016	2015	2014
Ações ordinárias	11.348.746,05	15.875.450,46	-
Ações preferenciais	1.251.253,95	8.712.621,65	1.394.206,10

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

Nos termos da Lei nº 6.404/76, a Administração propôs a destinação de R\$ 508.177,40 à reserva legal.

b) Detalhar o montante destinado à reserva legal.

A administração propôs que R\$ 508.177,40 sejam destinados à reserva legal. O valor equivale a 5% do lucro líquido do exercício.

9. Caso a companhia possua ações preferências com direitos a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou

Participações Industriais do Nordeste

mínimos.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Dos lucros líquidos verificados serão deduzidos 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social. Os acionistas terão direito a receber, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício, calculado na forma do Artigo 202 da Lei 6.404/76.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não houve retenção de lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

11. Havendo a retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a) Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise da liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixas positivos.

Não aplicável.

c) Justificar as retenções dos dividendos

Não aplicável.

Participações Industriais do Nordeste

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado a reserva

Não houve destinação do resultado de 2017 para reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerável provável e a sua causa

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a) Justificar a constituição da reserva.

Não houve destinação do resultado de 2017 para reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Não houve destinação do resultado do exercício 2017 para reservas estatutárias. A Administração propõe que a totalidade do lucro líquido do exercício 2017, após a destinação para reserva legal e dividendos obrigatórios, seja destinado para o pagamento de dividendos adicionais.

b) Identificar o montante destinado a reserva.

Não aplicável.

c) Descrever como o montante foi calculado.

Não aplicável.

Participações Industriais do Nordeste

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a) Identificar o montante de retenção.

Não aplicável.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

a) Informar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b) Explicar a natureza da destinação.

Não aplicável.